|  |
| --- |
| BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO |
| **BID** |

**PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Programa de Desenvolvimento URBANO SUSTENTÁVEL DE LONDRINA

**BR-L1094**

**Abril/2014.**

Sumário

[I. INTRODUÇÃO 1](#_Toc385801168)

[A. Apresentação 1](#_Toc385801169)

[B. Objetivos e Descrição dos Componentes 1](#_Toc385801170)

[C. Mecanismos de Execução 2](#_Toc385801171)

[II. MONITORAMENTO 4](#_Toc385801172)

[A. Indicadores e metodologias 4](#_Toc385801173)

[B. Responsabilidade do Monitoramento e Compilação de Dados 14](#_Toc385801174)

[C. Coordenação, Plano de Trabalho, Orçamento e Pressupostos do Monitoramento . 15](#_Toc385801175)

[III. AVALIAÇÃO 16](#_Toc385801181)

[A. Principais Perguntas de Avaliação 16](#_Toc385801182)

[B. Medição de Resultados 16](#_Toc385801183)

[C. Principais Indicadores e metodologias 17](#_Toc385801188)

**D Avaliação Economica Ex-Post...................................................................24**

[E. Coordenação e Relatórios de Pesquisa 25](#_Toc385801193)

[F. Plano de Trabalho e Orçamento 26](#_Toc385801196)

[G. Disseminação dos Resultados 27](#_Toc385801200)

[ANEXOS 28](#_Toc385801201)

[Anexo I: Matriz de Resultados 28](#_Toc385801202)

# Introdução

## Apresentação

* 1. Este documento tem como objetivo apresentar os mecanismos de monitoramento e avaliação do Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Londrina. Este documento contém ainda o detalhamento da Matriz de Resultado, de forma a definir os indicadores de resultado e de produto que permitirão monitorar e avaliar a execução do programa e os seus respectivos resultados, conforme estabelecidos em suas metas do Programa.
  2. O monitoramento do Programa será realizado diretamente Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP, que está vinculada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL. A UGP será composta por técnicos da Prefeitura Municipal de Londrina - PML e do próprio IPPUL. Adicionalmente, a UGP contará com o suporte de consultores individuais, capacitados para lidar com o aspecto multidisciplinar característico de intervenções desta natureza, a exemplo das esferas administrativa, financeira e contábil, além das interfaces relacionadas às áreas de engenharia, arquitetura e ao manejo de componentes socioambientais.
  3. O monitoramento dos indicadores de produto será feita periodicamente. Ressalte-se que, em geral, o intervalo semestral é o mais utilizado para a avaliação dos indicadores de produto.
  4. A avaliação do Programa ocorrerá por avaliadores externos, a serem contratados pela UGP, conforme os procedimentos e orientações do BID.
  5. A UGP também deverá ter implantado um sistema de gerenciamento e de controle financeiro-contábil, compatível com os sistemas atualmente em uso pelo BID e pela própria PML. Este sistema permitirá monitorar e avaliar o desempenho físico e financeiro do Programa.
  6. Os indicadores de resultado deverão ser medidos nos momentos T0 (linha de base), T1 (após 24 meses de execução do Programa, em 2016) e T2 (em 04 anos prazo para a conclusão do Programa, em 2018). O momento TO (linha de Base) já foi executado pela PML.

## Objetivos e Descrição dos Componentes

* 1. O objetivo geral do Programa é promover o desenvolvimento urbano sustentável de Londrina através da recuperação ambiental das áreas degradadas nas margens dos seus rios e riachos, do melhoramento da mobilidade urbana e do fortalecimento da gestão fiscal e urbanística do governo local. O Programa apoiará a municipalidade na implementação de sua política urbana, em particular as metas expressas no seu Plano Diretor mediante: (i) ações que promovam o desenvolvimento urbano equilibrado, visando garantir a ocupação do território de forma sustentável; e (ii) melhorias na circulação viária e incentivos ao uso de modos de transporte não motorizado. Para dar sustentabilidade a este processo, se apoiará o incremento da capacidade de gestão fiscal, de planejamento setorial e de gestão ambiental do governo municipal. O Programa está estruturado em três componentes, conforme descrito a seguir:
  2. **Componente I. Recuperação e requalificação ambiental**. Busca recuperar as áreas degradadas nas margens de rios e córregos situados nos fundos de vale, e recuperar o Parque Linear do Ribeirão Cambé e do Ribeirão Lindóia. Neste componente serão financiados: (i) a realocação e provisão de unidades habitacionais básicas para 326 famílias de baixa renda que atualmente moram irregularmente nos fundos de vale; (ii) a recuperação e requalificação de 507.133,10 m2 de fundos de vale; e (iii) a recuperação de 1.062.463,37 m2 das margens do Parque Linear do Ribeirão Cambé.
  3. **Componente II. Mobilidade Urbana**. Busca contribuir para a melhoria da mobilidade urbana mediante: (i) o tratamento de pontos críticos do sistema viário com vistas a reduzir os tempos de viagem em trechos de alta circulação e presença de transporte público coletivo e (ii) o financiamento de novas ciclovias que facilitem o deslocamento da população, principalmente de baixa renda. Concretamente, se financiarão: 24,3 km de ciclovias; 3 transposições (pontes), uma rotatória, uma interseções; 1,5 km de duplicação viária; 10,6 km de pavimentação asfáltica.
  4. **Componente III. Modernização da Gestão Municipal**. Busca melhorar o desempenho fiscal, a capacidade de gestão de planejamento urbano e setorial do município. Financiará: (i) o estabelecimento de um sistema de informações geográficas, incluindo a integração do cadastro multi-finalitário e a modernização da rede de dados da PML; bem como a implantação do sistema de gestão e gerenciamento do Arquivo Público; e (ii) a elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e de Transporte e Mobilidade.

## Mecanismos de Execução

* 1. **O** financiamento será com o Município de Londrina – PML e a Republica Federativa do Brasil será a garantidora do empréstimo. O executor do programa será o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL, por intermédio de uma Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP que se responsabilizará por coordenar, planejar, monitorar e executar as atividades relacionadas aos projetos e ações financiadas com recursos do BID.
  2. Para a execução do Programa será criado um Grupo Gestor cuja finalidade será estruturar os procedimentos para a gestão e execução do Programa. O Grupo Gestor será composto por um Conselho Deliberativo e a UGP. O Conselho será presidido pelo Prefeito Municipal e terá a participação das seguintes Secretarias Municipais: i) Governo; ii) obras e pavimentação; iii) Gestão Pública; iv) Fazenda; v) Planejamento; e vii) Meio Ambiente. Os objetivos do Conselho são: i) discutir, revisar e aprovar o Plano Operativo Anual – POA e outros informes do Programa; ii) Propor ajustes sobre a execução e implementação das ações do Programa; e iii) deliberar e estabelecer as diretrizes sobre outros assuntos relacionados com a execução do Programa.
  3. Para a implementação do Programa a PML constituirá uma Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, que será responsável pela coordenação e execução do Programa e exercerá o papel de interlocutora da Prefeitura Municipal para assuntos relacionados ao Programa.
  4. A UGP será composta por: i) Coordenador Geral; ii) Subcoordenador de gestão financeira, com apoio de técnicos em planejamento orçamentário, contabilidade, pagamentos e institucional; iii) subcoordenador de aquisições e contratos, com apoio da Comissão Especial de Licitações – CEL e da Procuradoria Municipal; e (iv) Subcoordenador Técnico dos componentes de investimento, com apoio de técnicos especialistas em reassentamento e ação social, recuperação ambiental, mobilidade e transporte, geoprocessamento, informática, arquivo, planos setoriais, fiscalização de obras e fiscalização ambiental.
  5. A UGP terá as seguintes atribuições: i) planejamento dos investimentos e coordenação do planejamento com as secretarias correspondentes; ii) avaliação dos projetos executivos das obras e dos Termos de Referência para contratação de consultoria para o Programa; iii) preparação de Termos de Referência para a contratação de empresas consultoras; iv) Preparação e acompanhamento dos processos licitatórios das obras , compras de bens e consultorias; v) coordenação e supervisão do plano de reassentamento e ação social; vi) controle e acompanhamento da supervisão e fiscalização de obras e contratos de serviços; vii) coordenação e supervisão dos aspectos ambientais; viii) contabilidade e controle de arquivos, apresentação de solicitações de desembolso e prestação de contas; iv) controle físico e financeiro e elaboração dos informes de avanço físicos e financeiro; x) coordenar o cumprimento das Cláusulas Contratuais estabelecidas no Contrato de Empréstimo; xi) monitoramento e avaliação dos resultados intermediários e das metas e indicadores da Matriz de Resultado e do PMR; xii) Desenvolver os sistemas gerenciamento e contabilidade necessários para ao acompanhamento físico e financeiro do Programa; xiii) elaboração do Plano Operativo Anual (POA) e do Plano de Aquisições (PA); xiv) elaboração de toda a documentação técnica e administrativa pertinente aos processos de licitação e contratação; e ) xv) preparar outros informes requeridos pelo Banco.
  6. A UGP será a responsável pela execução do monitoramento e do controle das atividades relacionadas ao Programa, cujas informações serão sistematizadas no Relatório Semestral de Execução do Programa, a ser elaborado pela mesma equipe. Serão monitorados os avanços físicos das metas de cada componente para se identificar eventuais desvios do planejamento e se verificar a ocorrência de problemas operacionais a ele relacionados. Com base nos relatórios produzidos por período, a UGP deverá corrigir os eventuais atrasos e dificuldades detectados, usando ferramentas e conhecimentos técnicos disponíveis para realinhar o planejamento e a execução prática do Programa.
  7. Portanto, a UGP será a responsável pelo monitoramento e acompanhamento da execução dos diferentes componentes do Programa, conforme os indicadores de produto e resultado, constantes na Matriz de Resultado do Programa.

1. Monitoramento

A. Indicadores e Metodologias

* 1. Para garantir um efetivo monitoramento das ações ao longo da execução, a UGP deverá contar com um sistema informatizado de gestão, acompanhamento e avaliação do Programa, em conformidade com os termos de referência acordados com o BID, sendo de responsabilidade da UGP **a apresentação de evidências da implantação do sistema como condição prévia ao primeiro desembolso**.
  2. Este sistema deverá ter como referência os indicadores previstos na Matriz de Resultados (Anexo I) e incluir ainda: (i) o andamento do avanço físico e do cumprimento de metas anuais do Programa e dos componentes específicos; (ii) a avaliação dos resultados destas ações e projetos; e (iii) a eficiência e efetividade do Programa. Os Indicadores de Produto (*Outputs*) estão relacionados ao andamento das obras e às intervenções previstas nos componentes do Programa.
  3. Além do Sistema acima destacado, o Executor e o Banco acordaram que serão utilizados outros instrumentos para apoiar ao monitoramento do Programa, quais sejam: i) Matriz de Resultados (MR); ii) Plano de Execução do Programa (PEP); iii) os Planos Operativos Anuais (POA); iv) a Matriz de Risco do Programa (GRP), e por fim, v) O Informe de Monitoramento do Programa – PMR, que consolida todos os demais instrumentos. A UGP também deverá apresentar semestralmente (em até 60 dias após o fim de cada semestre) ao Banco, o Relatório de Progresso, o qual deverá ser estruturado a partir dos indicadores da Matriz de Resultado e de PMR.
  4. A supervisão técnica por parte do Banco será realizada pelo Chefe de Equipe, com base nos planos de supervisão anuais. A supervisão contará ainda com o apoio de especialistas setoriais e fiduciários vinculados com as metas de execução e riscos identificados para o Programa.
  5. Cabe ainda destacar que, conforme as necessidades previstas nos Planos de Supervisão poderão ser realizadas as seguintes atividades: i) Visitas ao Programa, na quais serão avaliadas a execução do Programa e seus instrumentos de planejamento (PEP/POA); avanços nos produtos e resultados e também será realizada revisão do Matriz de Riscos (GRP) para avaliar possíveis ajustes; ii) Visitas de Campo, para avaliar os avanços “in locu”; iii) Realização de atividades de capacitação para os executores, principalmente, nos temas fiduciários; iv) Revisão dos processos de aquisição e de gestão financeira. A final de cada ano será realizada uma missão de administração que avalie os avanços da gestão do Programa e promova os ajustes necessários.
  6. A supervisão periódica, cuja base principal será o monitoramento do PEP e do POA, se focará nos avanços dos produtos e resultados estabelecidos na Matriz de Resultado do Programa (MR), e consequentemente, na estrutura de custos do Programa.
  7. Os custos de monitoramento do Programa estão inseridos nos gastos de administração do Programa e estão detalhados neste documento.
  8. Todos os indicadores que serão utilizados para o monitoramento do Programa foram acordados em conjunto com a Prefeitura Municipal de Londrina de acordo com as politicas operativas do Banco.
  9. Os Indicadores de Produto (*Outputs*) têm por objetivo medir o progresso do processo de execução das obras e intervenções, expressando a quantidade física de bens produzidos ou serviços prestados.
  10. Conforme já mencionado neste documento, semestralmente será apresentado um relatório sintetizando todas as informações referentes ao andamento geral do Programa, no qual constarão informações detalhadas das atividades realizadas, bem como a evolução dos Indicadores de produto.
  11. O quadro 2 apresenta o conjunto dos Indicadores de Produtos adotados.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Quadro 2. Indicadores de Produto | | | | |
| **INDICADOR** | | | **FREQUÊNCIA DE MEDIÇÃO** | **FONTE DE VERIFICAÇÂO** |
| **Componente 1 – Recuperação e requalificação ambiental** | | | | |
| 1 | Área do Parque Linear do Ribeirão Cambé recuperada | | Semestral | Fonte: Relatórios de Progressos de obras. Prefeitura Municipal de Londrina (PML)/ Unidade de Gerenciamiento do Programa (UGP). Informe semestral do Programa - UGP |
| 2 | Áreas de risco recuperadas em fundo de vales | | Semestral | Fonte: Informe semestral do Programa - UGP |
| 3 | Famílias reassentadas de áreas de risco em fundo de vales. | | Semestral | Fonte: Termos de ocupação entregues pela Companhia de Habitação (COHAB) à UGP. Informe semestral do Programa - UGP |
| 4 | Famílias reassentadas lideradas por mulheres | | Semestral | Fonte: Termos de ocupação entregues. COHAB/ UGP. Informe semestral do Programa - UGP |
| **Componente 2 – Mobilidade Urbana** | | | | |
| 5 | | Ciclovias Implantadas | Semestral | Fonte: Relatório obras produzido pela Secretaria de Obras Públicas (SMOP) para a UGP. Informe semestral do Programa - UGP |
| 6 | | Pavimentação asfáltica - complementação da ligação leste-oeste - Av. Saul Elkind. | Semestral | Fonte: Relatório obras produzido pela Secretaria de Obras Públicas (SMOP) para a UGP. Informe semestral do Programa - UGP |
| 7 | | Pontes construídas na diretriz Norte-Sul | Semestral | Fonte: Relatório obras produzido pela Secretaria de Obras Públicas (SMOP) para a UGP. Informe semestral do Programa - UGP |
| 8 | | Interseção da Avenida Winston Churchill. Cruzamentos Winston Churchil/Term. Ouro Verde/Av.Lucilo de Held. | Semestral | Fonte: Relatório obras produzido pela Secretaria de Obras Públicas (SMOP) para a UGP. Informe semestral do Programa - UGP |
| 9 | | Rotatória Rua Paul Harris e Anália Franco | Semestral | Fonte: Relatório obras produzido pela Secretaria de Obras Públicas (SMOP) para a UGP. Informe semestral do Programa - UGP |
| 10 | | Duplicação Rua Senador Souza Naves e Presidente Costa e Silva | Semestral | Fonte: Relatório obras produzido pela Secretaria de Obras Públicas (SMOP) para a UGP. Informe semestral do Programa - UGP |
| **Componente 4– Modernização da Gestão Municipal** | | | | |
| 11 | | Cadastros Integrados na Secretaria de Fazenda. (Tributário x SIP) | Semestral | Fonte: Secretária da Fazenda – PML. Informe semestral do Programa - UGP |
| 12 | | Recadastramento Imobiliário da Base Cadastral (IPTU). | Semestral | Fonte: Secretária da Fazenda – PML. Informe semestral do Programa - UGP |
| 13 | | Planos setoriais de drenagem urbana e mobilidade. | Semestral | Fonte: Informe semestral do Programa - UGP |
| 14 | | Sistema de Informação Geográfica Coorporativo - SIGLON | Semestral | Fonte: Informe semestral do Programa - UGP |
| 15 | | Arquivo Publico Municipal informatizado. | Semestral | Fonte: Informe semestral do Programa - UGP |

* 1. **Detalhamento dos Indicadores de Produto**: A seguir são descritos os indicadores de produtos por componente, com o detalhamento da sua estrutura, a área de abrangência, forma de avaliação e responsáveis.
  2. **Componente I – Recuperação e Requalificação Ambiental**
  3. **Indicador 1 - Área do Parque Linear do Ribeirão Cambé recuperada**

1. **Descrição:** Esta ação pretende agir numa região que totaliza 1.062.463,37 m2 de extensão dos trechos passíveis de intervenção, através de ações de urbanização/implantação de mobiliário urbano, revegetação/recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), e a estabilização de solo de trechos críticos ao longo de 30 km de afluentes do Ribeirão Cambé, sobretudo nos locais em que ocorrem desmoronamento/erosões de margem e nas confluências de afluentes com o Cambé que apresentem forte interface com o sistema viário. O resultado esperado deste subcomponente são a conscientização ambiental a partir de ações integradas de melhoramento da infraestrutura urbana e a recuperação e valorização de espaços públicos.
2. Entende-se como “***área recuperada”*** aquela onde foram realizadas obras de recuperação ambiental, com a instalação dos seguinte equipamentos: trilhas, plantio de espécies nativas, a instalação de mobiliário parque-lixeiras, bancos, playgrounds, áreas para esportes, iluminação, sinalização.
3. As obras a serem executadas nesta ação referem à confecção de calçadas, decks de madeira para área de contemplação, trapiches ou complementação das calçadas onde as mesmas se encontrem em áreas alagadiças, iluminação pública adequada para ampliar o uso da área também à noite, inserções de gabiões nas áreas erodidas acompanhados de aterro ou reaterro, colocação de mobiliário urbano diferenciado de modo a caracterizar a obra, colocação de equipamentos de esporte e lazer tais como quadras poliesportivas, campos de futebol, áreas de convivência, parques infantis, academias ao ar livre, pistas de bicicross e skate, dentre outras, e elaboração de paisagismo.
4. **Responsável pela Informação:** A responsável pelas informações será a UGP, com o apoio da SEMA. Para tanto, serão utilizados os informes de execução de obras.
5. **Forma de Monitoramento:** O mecanismo de monitoramento será o informe de obras a ser fornecido pela UGP, em conjunto com a supervisão da Secretaria Municipal do Ambiente. A linha de base TO decorre dos projetos básicos e executivos e da estimativa de área do Programa. O T1 é estimado em 221.112,21 m2 que será monitorado semestralmente e avaliado em 2016. T2 está estimado em 1.062.463,37 m2, com dois anos de execução do Programa e em 2018, quando do seu encerramento.
6. **Área de Abrangência:** A área de abrangência engloba 1.062.463,37 m2 de extensão dos trechos ao longo de 30 km de afluentes do Ribeirão Cambé.

2.16 **Indicador 2 - Áreas de risco recuperadas em Fundos de Vales**

1. **Descrição:** Este indicador de produto aufere quanto de incremento de áreas verdes que foram recuperadas, localizadas em fundos de vales e em áreas de risco, ou seja, demonstra que, em m2, o volume de áreas recuperadas. As informações são da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O TO estabelecido é de 432.129,00 m2, ou seja, as intervenções já realizadas pelo Município. Estima-se que T1 será de 0 (zero) m2. O T2 é estimado em 939.262,10 m2 de áreas de risco em fundo de vale recuperada. O incremento do Programa será de m2 507.133,10 e deverá ocorrer somente nos últimos anos de execução.
2. **Responsável pela Informação:** A responsável pela informação e pela avaliação é a Secretaria Municipal do Ambiente – SEMA, com o apoio da UGP.
3. **Forma de Avaliação:** O monitoramento e a avaliação serão realizados conforme a execução das obras, ou seja, por intermédio dos informes de obras. Os avanços identificados deverão ser registrados nos Relatórios Semestrais de Progresso e consolidados na avaliação intermediária e final do Programa.
4. **Área de Abrangência:** A abrangência está relacionada às áreas de fundo de vale, especificamente, aos 939.262,10 m2 a serem recuperados.

2.17 **Indicador 3 – Famílias reassentadas de áreas de risco em fundo de vales**

1. **Descrição:** O objetivo específico deste componente é intervir nos fundos de vale a fim de remover a população em situações de risco, recuperar as áreas degradadas, e revitalizar as margens de rios e córregos na área urbana e prevenir novas ocupações irregulares. Concretamente, serão realocadas 326 famílias que atualmente moram em áreas de risco e não tem acesso a programas de financiamento de moradias para novas unidades habitacionais.
2. **Responsável pela Informação:** A unidade de Gerenciamento do Programa – UGP em conjunto com a COHAB será a responsável pelo monitoramento e fornecimento das informações sobre os reassentamentos.
3. **Forma de Avaliação:** O mecanismo de monitoramento e avaliação está estruturado tendo como referência os Termos de ocupação entregues pela COHAB/ UGP às 326 famílias. A linha de base, T0 é decorrente do cadastro da própria COHAB. T1 deverá ser medido após 2 anos de execução do Programa. T2 após o término do Programa, ou seja, em 2018. T1 é estimado em 110 famílias removidas. T2 será de 326 famílias removidas.
4. **Área de Abrangência:** A abrangência está relacionada às áreas de fundo de vale, especificamente, as 326 famílias a serem removidas para as novas unidades habitacionais.

2.18 **Indicador 4 – Famílias reassentadas lideradas por mulheres**

1. **Descrição:** Este é o indicador de Gênero do Programa e apresenta o número de famílias que são lideradas por mulheres e que foram reassentadas no âmbito do Programa. A expectativa é que sejam reassentadas 143 famílias lideradas por mulheres, as quais atualmente moram em áreas de risco e não tem acesso a programas de financiamento de moradias para novas unidades habitacionais.
2. **Responsável pela Informação:** A unidade de Gerenciamento do Programa – UGP em conjunto com a COHAB será a responsável pelo monitoramento e fornecimento das informações sobre os reassentamentos.
3. **Forma de Avaliação:** O mecanismo de monitoramento e avaliação está estruturado tendo como referência os Termos de ocupação entregues pela COHAB/ UGP às 143 famílias chefiadas por mulheres. A linha de base é zero, informação estabelecida a partir do cadastro da própria COHAB. T1 deverá ser medido após 2 anos de execução do Programa. T2 após o término do Programa, ou seja, em 2018. T1 é estimado em 48 famílias removidas. T2 será de 143 famílias removidas.
4. **Área de Abrangência:** A abrangência está relacionada às áreas de fundo de vale, especificamente, as 143 famílias chefiadas por mulheres a serem removidas para as novas unidades habitacionais.

2.19 **Componente II – Mobilidade Urbana**

2.20 **Indicador 5 – Ciclovias Implantadas**

1. **Descrição:** O traçado da rede cicloviária no perímetro urbano de Londrina previsto é de aproximadamente, 65 km, sendo que hoje existem 11,5 km de ciclovias. Ampliando a rede cicloviária da cidade pretende-se aumentar a segurança dos ciclistas, proporcionando um local mais seguro para os deslocamentos, assim como estimular o uso deste modo por parte da população, garantindo um meio de transporte alternativo e de baixo custo.
2. Parte deste traçado proposto foi selecionado para ampliação da rede existente, com trechos distribuídos de forma a atender a todas as regiões da cidade, ainda que não haja a completa interconectividade da rede. A previsão é incorporar 24,3 km de novas ciclovias.
3. Portanto, o TO é 11.500 mts, o T1 estimado é de 14.250 mts em 5 trechos. O T2 é de T2 é de 35.800 mts em 10 trechos.
4. **Responsável pela Informação:** O Instituto de Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL foi o responsável pelo fornecimento das informações acima relacionadas e também será, juntamente com a UGP, pela avaliação dos resultados.
5. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio dos informes de execução de obras, devidamente transcritos para os relatórios de semestrais de progresso. Deverão ser devidamente consolidados pelos relatórios de avaliação intermediária e final.
6. **Área de Abrangência:** A área de abrangência são as das ciclovias da cidade de Londrina.

2.21 **Indicador 6 - Pavimentação asfáltica. Complem. ligação leste-oeste - Av. Saul Elkind**

1. **Descrição:** Trata-se das complementações em pista simples da ligação leste-oeste, em continuidade ao trecho intermediário existente da Avenida Saul Elkind em pista dupla com extensão de 6 km, objetivando melhorar as condições de tráfego, além de proporcionar facilidade no atendimento dos serviços básicos de transporte coletivo, coleta de lixo, emergências e segurança. A Avenida Saul Elkind, principal corredor de tráfego da zona norte, cumpre a função de Via Arterial no sistema viário da cidade, e estima-se que a população diretamente beneficiada com a abertura dos dois trechos de prolongamento seja de 128.000 habitantes.
2. A obra de ampliação da Av. Saul Elking será realizada em duas fases. A primeira fase irá ligar a Avenida Saul Elkind, em pista simples com 9 metros de largura, diretamente na Rua Primo Campana, faltando 850 metros de asfalto para a PR-445 (município de Cambé). Serão executados 40.196,07 m2 em aproximadamente 5 km de asfalto com valor total de R$ 5.783.677,70.
3. A segunda fase irá ligar a Avenida Saul Elkind, em pista simples com 9 metros de largura, até a BR-369, faltando 720 metros de asfalto até a divisa do município de Ibiporã. Serão executados 44.268,58 m2 em aproximadamente 5,6 km com valor total de R$ 5.506.787,02.
4. **Responsável pela Informação:** O Instituto de Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL foi o responsável pelo fornecimento das informações acima relacionadas e também será, juntamente com a UGP, pela avaliação dos resultados.
5. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio dos informes de execução de obras, devidamente transcritos para os relatórios de semestrais de progresso. Deverão ser devidamente consolidados pelos relatórios de avaliação intermediária e final.
6. **Área de Abrangência:** A área de abrangência é o trecho intermediário existente da Avenida Saul Elkind em pista dupla com extensão de 6 km, acrescido dos 10,6 km de expansão.

2.22 **Indicador 7 - Pontes construídas na diretriz Norte-Sul**

1. **Descrição:** As três transposições (ponte sobre ribeirão ou córrego) servem a deslocamentos Norte-Sul da cidade e se inserem de forma adequada ao desenho do sistema viário existente, promovendo complementações e ligações previstas no Plano Diretor do Município (Lei nº 7.486/1998) e no Plano de Estruturação Viária (Lei nº 9.165/2003).
2. A transposição do Córrego Quati foi executada através de Bueiro Duplo Celular de Concreto - BDCC 3,0 x 2,5 metros e encontra-se aberta à circulação. Esta ligação facilitou o deslocamento da comunidade do Jardim Alpes, beneficiando a população do entorno que totaliza 10.603 habitantes, para a realização de trajetos de curta distância. Atendimentos de média e longa distância não estão sendo considerados, visto que a Avenida Oulavo Benato ainda não cruza a rodovia BR-369. Estudos de interseção neste local estão em curso, a fim de promover a continuidade desta ligação na Avenida Itajaí, viabilizando assim um novo acesso à área central.
3. A transposição do Ribeirão Lindóia está em fase de execução através de Bueiro Duplo Celular de Concreto - BDCC 4,0 x 2,5 m em ângulo de 30º. Esta ligação facilitará o deslocamento da comunidade do Jardim Ouro Verde, beneficiando a população do entorno que totaliza 12.492 habitantes, para a realização de trajetos de curta distância.
4. A transposição do Córrego Barreiro está em fase de execução através de Bueiro Simples Celular de Concreto - BSCC 3,0 x 3,0 m.
5. Esta ligação facilitará o deslocamento da comunidade dos Jardins HU e Ernani Moura Lima, beneficiando a população do entorno que totaliza 14.230 habitantes, para a realização de trajetos de curta distância.
6. **Responsável pela Informação:** O Instituto de Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL foi o responsável pelo fornecimento das informações acima relacionadas e também será, juntamente com a UGP, pela avaliação dos resultados.
7. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio dos informes de execução de obras, devidamente transcritos para os relatórios de semestrais de progresso. Deverão ser devidamente consolidados pelos relatórios de avaliação intermediária e final. O TO é zero, sendo que as três transposições deverão ser implementadas no primeiro ano do Programa.
8. **Área de Abrangência:** A área de abrangência da intervenção são as transposições: i) transposição do Córrego Quati, ii) transposição do Ribeirão Lindóia, iii) transposição do Córrego Barreiro.

2.23 **Indicador 8 - Interseção Avenida Winston Churchill. Cruzamentos Winston Churchil/Term. Ouro Verde/Av.Lucilo de Held realizada**

1. **Descrição:** A intervenção proposta na Avenida Winston Churchill compreende três importantes cruzamentos nesta que é uma das principais vias de ligação do centro com a região norte da cidade. Dois cruzamentos são com avenidas arteriais e o terceiro com a rotatória de acesso ao Terminal Ouro Verde. A população do entorno destes cruzamentos é de 74.533 habitantes.
2. A intervenção está planejada da seguinte forma:
   1. Avenida Winston Churchill x Avenida Henrique Mansano. Abertura do canteiro central na direção da Avenida Henrique Mansano e Rua Arcindo Sardo, instalação de controle semafórico eletrônico. Atualmente, os veículos que desejam cruzar a Avenida Winston Churchill ou sair à esquerda da Avenida Henrique Mansano e Rua Arcindo Sardo necessitam utilizar baias de conversão, sendo que os veículos de grande porte (ônibus e caminhões) não têm espaço suficiente para seus raios de giro;
   2. Avenida Winston Churchill x Avenida Lucílio de Held. Abertura do canteiro central na direção da Avenida Lucílio de Held através de baia para conversão à esquerda com a criação de quarta faixa para acomodação dos veículos;
   3. Avenida Winston Churchill x rotatória do Terminal Ouro Verde. Abertura da rotatória para os fluxos diretos da avenida através de uma pista para cada sentido com duas faixas de rolamento cada, e instalação de controle semafórico eletrônico. Atualmente, o intenso fluxo de passagem da avenida provoca nos horários de pico grandes períodos de espera dos ônibus que desejam sair do Terminal.
3. **Responsável pela Informação:** O Instituto de Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL foi o responsável pelo fornecimento das informações acima relacionadas e também será, juntamente com a UGP, pela avaliação dos resultados.
4. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio dos informes de execução de obras, devidamente transcritos para os relatórios de semestrais de progresso. Deverão ser devidamente consolidados pelos relatórios de avaliação intermediária e final. Portanto, TO é zero, T1 será 1 e T2 também será 1.
5. **Área de Abrangência:** A área de abrangência da intervenção é: Avenida Winston Churchill x Avenida Henrique Mansano, Avenida Winston Churchill x Avenida Lucílio de Held, Avenida Winston Churchill x rotatória do Terminal Ouro Verde.

2.24 **Indicador 9 - Rotatória Rua Paul Harris e Anália Franco**

1. **Descrição:** O cruzamento da Rua Paul Harris com a Avenida Anália Franco apresenta ilha separadora de fluxos entre duas vias que desempenham função “coletora” no sistema viário da cidade. Atualmente o controle dos fluxos ocorre através de semáforo, porém com restrições de movimentos e formação de filas na hora de pico do tráfego. A população do entorno deste cruzamento é de 24.269 habitantes.
2. **Responsável pela Informação:** O Instituto de Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL foi o responsável pelo fornecimento das informações acima relacionadas e também será, juntamente com a UGP, pela avaliação dos resultados.
3. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio dos informes de execução de obras, devidamente transcritos para os relatórios de semestrais de progresso. Deverão ser devidamente consolidados pelos relatórios de avaliação intermediária e final. Portanto, TO é zero, T1 será 0 e T2 será 1.
4. **Área de Abrangência:** A área de influência da intervenção é o cruzamento da Rua Paul Harris com a Avenida Anália Franco e suas áreas próximas.

2.25 **Indicador 10 - Duplicação Rua Sem. Souza Naves e Presidente Costa e Silva**

1. **Descrição:** A Rua Senador Souza Naves promove a ligação do centro da cidade com a região do Centro Cívico (Prefeitura, Câmara Municipal e Fórum) e a barragem do Lago Igapó 1, desempenhando função de via “arterial”. Atualmente o trecho compreendido entre o Monumento à Bíblia e a Rua Henrique Dias apresenta pista simples de 9,00 metros e duplo sentido de circulação. No trecho compreendido entre a Rua Henrique Dias e a rotatória da Rua Heródoto a pista é dupla, porém sem retorno para o Centro Cívico, o que sobrecarrega a rotatória nos horários de pico. A população do entorno deste cruzamento é de 13.409 habitantes.
2. **Responsável pela Informação:** O Instituto de Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL foi o responsável pelo fornecimento das informações acima relacionadas e também será, juntamente com a UGP, pela avaliação dos resultados.
3. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio dos informes de execução de obras, devidamente transcritos para os relatórios de semestrais de progresso. Deverão ser devidamente consolidados pelos relatórios de avaliação intermediária e final. Portanto, TO é zero, T1 será 1.500 mts e T2 também será 1.500 mts.
4. **Área de Abrangência:** Área da Av. Senador Souza Naves e adjacências.

2.26 **Componente III – Modernização da Gestão Municipal**

2.27 **Indicador 11- Cadastros Integrados na Secretaria de Fazenda (Tributário X SIP)**

1. **Descrição:** Esta ação consiste na integração dos cadastros de base municipal, em especial aqueles controlados pela Secretaria Municipal de Fazenda, ou seja, o Cadastro do IPTU, ISS, ITBI e de outros tributos. A base cadastral atual é de 425 mil registros cadastrais em três cadastros. Com a integração de sistemas a PML passará a ter um cadastro único atualizado de aprox. 200 mil registros cadastrais. Hoje existem duplicidades, o que tem gerado a judicialização de diversos casos. Em um segundo momento será realizado integração com os demais cadastros das secretarias setoriais. A previsão é que a primeira fase da integração ocorra até o terceiro ano de Programa. Portanto, a linha de base T0 será 0 (zero) cadastros integrados. T1 manterá neste padrão. O T2 estimado será de 1 (um) cadastro integrado.
2. **Responsável pela Informação:** A unidade responsável pela gestão desta ação será a Secretaria Municipal de Fazenda, sendo a mesma a responsável pelas informações apresentadas acima. A UGP apoiará a execução desta atividade.
3. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda - SMF, que procederá aos informes sobre os avanços na atualização cadastral. A SMF informará semestralmente a UGP sobre o andamento dos trabalhos. A UGP deverá incluir as informações no Relatório Semestral de Progresso.
4. **Área de Abrangência:** A atividade tem abrangência em todo o Município de Londrina, com atenção especial a Secretaria Municipal de Fazenda.

2.28 **Indicador 12 - Recadastramento Imobiliário da Base Cadastral (IPTU)**

1. **Descrição:** O recadastramento imobiliário da base cadastral do IPTU será um mecanismo de ampliação da receita tributária do município. Consiste na atualização da base cadastral que hoje tem 24 milhões de m2 cadastrados. A previsão é atualização de mais 2 milhões de m2 cadastrados. Esta atividade deverá ocorrer somente no último ano do Programa. Desta forma, o cadastro terá uma base de 26 milhões de m2. Portanto, o TO é 24 milhões de m2, T1 permanecerá no mesmo patamar e T2 terá 26 milhões de m2 cadastrados.
2. **Responsável pela Informação:** A unidade responsável pela gestão desta ação será a Secretaria Municipal de Fazenda, sendo a mesma a responsável pelas informações apresentadas acima. A UGP apoiará a execução desta atividade.
3. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda - SMF, que procederá aos informes sobre os avanços na atualização cadastral. A SMF informará semestralmente a UGP sobre o andamento dos trabalhos. A UGP deverá incluir as informações no Relatório Semestral de Progresso.
4. **Área de Abrangência:** A atividade tem abrangência em todo o Município de Londrina, com atenção especial na Secretaria Municipal de Fazenda.

2.29 **Indicador 13 - Planos setoriais de drenagem e mobilidade**

1. **Descrição:** A elaboração dos planos municipais de planejamento setorial, especificamente do Plano Municipal de Drenagem Urbana e do Plano Municipal de Transporte e Mobilidade, contribuirão para o planejamento de toda a cidade de Londrina e, consequentemente, para implementação do Plano Diretor Municipal. Atualmente, o município não destes planos. A previsão é que os mesmos estejam elaborados até o segundo ano do Programa. Portanto, TO é 0 Plano elaborado, T1 e T2 terão 2 planos elaborados. *Estão considerados como um só produto porque serão contratados a uma só firma e preparados e entregues de forma simultânea*.
2. **Responsável pela Informação:** O Instituto de Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL foi o responsável pelo fornecimento das informações acima relacionadas e também será, juntamente com a UGP, pela avaliação dos resultados.
3. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio dos informes dos relatórios de semestrais de progresso. Para tanto, UGP deverá acompanhar a execução dos trabalhos junto ao IPPUL. Este por sua vez, deverá encaminhar a UGP, cópia dos produtos aprovados.
4. **Área de Abrangência:** A atividade tem abrangência em todo o Município de Londrina, pois contribuirá para o planejamento de todo o município, beneficiando a totalidade da população municipal.

2.30 **Indicador 14 - Sistema de Informação Geográfico Coorporativo – SIGLON**

1. **Descrição:** A utilização de Sistema de Informação Geográfica – SIG, no município de Londrina iniciou-se em outubro de 1997 com ações relacionadas a voo, treinamento, aquisição de programas, restituição e outras providências, que se completaram no ano de 2000. Infelizmente, um longo hiato de aproximadamente 11 anos, agora tenta ser retomado, elencando-se providências no sentido de dotar o município de um SIG Corporativo.
2. Portanto, o objetivo desta intervenção é implantar o Sistema de Informação Geográfica (SIGLON) Corporativo na Prefeitura para todos os órgãos e a população em geral que necessitem de acesso ao banco de dados para as tomadas de decisões (inicialmente priorizando a integração do cadastro multi-finalitário já existente na Prefeitura).
3. **Responsável pela Informação:** A responsável pelo fornecimento de informações sobre este indicador será o IPPUL
4. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento e avaliação dos resultados ocorrerão por intermédio dos informes dos relatórios de semestrais de progresso. Para tanto, UGP deverá acompanhar a execução dos trabalhos junto a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia. Este por sua vez, deverá encaminhar a UGP, cópia dos produtos aprovados e dos relatórios decorrentes da implantação do Sistema. T0 é 0 (zero) T1 manterá neste patamar e T2 será 2.
5. **Área de Abrangência:** A abrangência é municipal, pois beneficiária a todos os cidadãos da cidade. Porém o destaque é para a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia.

2.31 **Indicador 15 - Arquivo Público Municipal Informatizado**

1. **Descrição:** A Diretoria de Arquivo Público da Prefeitura de Londrina foi criada pela Lei Municipal nº 8.024 de 27 de dezembro de 1999, com o intuito de implantar um Sistema de Gestão e Gerenciamento de Arquivo Público no Município, entretanto, para que esse sistema seja efetivo ainda carecemos de melhorias estruturais. O presente projeto busca promover a modernização administrativa focada em uma melhoria na gestão de documentos, demonstrando a importância da conservação e da agilidade na recuperação da informação, que ocorre quando há um armazenamento organizado. Para isso é fundamental a implantação da Gestão Documental para organizar a documentação e de um Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, para controlar, padronizar agilizar trâmite e acesso aos processos.
2. **Responsável pela Informação:** A unidade responsável pela gestão desta ação será a Secretaria Municipal de Gestão Pública, por intermédio da Diretoria de Gestão de Informações e Arquivo Público. A UGP apoiará a execução desta atividade.
3. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** O monitoramento dos resultados ocorrerá por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Pública, por intermédio da Diretoria de Gestão de Informações e Arquivo Público, que procederá aos informes sobre os avanços na atualização cadastral. A Secretaria Municipal de Gestão Pública informará semestralmente a UGP sobre o andamento dos trabalhos. A UGP deverá incluir as informações no Relatório Semestral de Progresso.
4. Para tanto deverá ser avaliado a implantação do Sistema Informatizado do Arquivo Público Municipal de Londrina.
5. **Área de Abrangência:** A atividade tem abrangência em todo o Município de Londrina, com atenção especial a Secretaria Municipal de Gestão Pública e ao Arquivo Público Municipal.

B. Responsabilidade do Monitoramento e Compilação de Dados

* 1. Durante a execução do programa, a UGP e os Informes semestrais de progresso serão os principais instrumentos de monitoramento e de fontes de informações sobre a sua execução.
  2. A UGP será a unidade responsável pela realização do monitoramento e da avaliação dos resultados intermediários e das metas e indicadores constantes na Matriz de Resultado e dos PMRs. Para tanto, contará com uma equipe técnica capacitada capaz de identificar, apurar e copilar os dados e informações necessários para a realização do monitoramento e avaliação. Essa equipe também deverá alimentar o sistema de acompanhamento descrito anteriormente e serão responsáveis pela elaboração dos relatórios solicitados pelo Banco.

C. Coordenação, Plano de Trabalho, Orçamento e Presupostos do Monitoramento

* 1. Conforme já informado, a UGP será a responsável pela coordenação e execução do monitoramento do Programa. Para tanto, contará com uma equipe, orçamento e apoio institucional da Prefeitura para a sua realização.
  2. A equipe do Banco acompanhará a realização do monitoramento e estabelecerá um mecanismo de comunicação e de reuniões com o executor. Para tanto, envolverá o especialista responsável pela supervisão do Programa, realizará reuniões de campo para vistorias as obras e avaliação do relatório semestral de progresso.
  3. O Plano de Trabalho e o orçamento previsto para a realização das atividades de monitoramento são apresentados a seguir. O orçamento previsto está inserido na Administração do Programa. A linha de base já foi identificada pela Prefeitura, portanto, não estão previstos recursos para identificação da linha de base.

Quadro 3. Plano de Trabalho e Custos de Monitoramento

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Principais atividades de Monitoramento** | **2014** | | | | **2015** | | | | **2016** | | | | **2017** | | | | **2018** | | | | **Responsável** | | **Custo R$** |
| **1** | **2** | **3** | **4** | **1** | **2** | **3** | **4** | **1** | **2** | **3** | **4** | **1** | **2** | **3** | **4** | **1** | **2** | **3** | **4** |  | |  |
| Adequação nos Sistemas existentes |  | x | x |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | Prefeitura | | 42.870 |
| Relatórios Iniciais (PEP/POA) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | x |  |  |  |  |  |  |  |  | Prefeitura | | -- |
| Informes Semestrais de Progresso, incluindo (POA, PEP, MR e GRP) |  | x |  | x |  | x |  | x |  | x |  | x |  | x |  | x |  | x |  |  | Prefeitura | | 70.000 |
| Visitas de Inspeção |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | x |  |  |  |  |  |  |  |  | BID | |  |
| Relatório Final |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | x |  |  |  |  |  |  |  | x |  | | 30.000 |
| **Total Monitoramento** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | **142.870[[1]](#footnote-1)** | |

1. **Avaliação**

A. Principais Perguntas de Avaliação

* 1. A pesquisa de avaliação do Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município de Londrina pretende mensurar de que maneira as ações realizadas no âmbito do Programa impactaram a realidade do Município após 04 anos de execução, levando em consideração os objetivos com os quais havia se comprometido no período de planejamento das atividades.
  2. **Perguntas de Avaliação**: As perguntas que a avaliação procura responder são as seguintes:

1. Ao final da execução do Programa, foi possível verificar aumento no valor dos imóveis situados nas áreas de intervenção do Programa?
2. Ao final da execução do Programa, foi possível verificar incremento de área verde por habitante? Também foi possível verificar maior utilização das áreas de fundo de vale recuperadas?
3. Verificou-se aumento da velocidade média em vias urbanas do Município de Londrina?
4. O Município de Londrina aumentou em termos reais a sua de arrecadação de IPTU, devido às intervenções do Programa?
5. Por fim, ocorreu redução do tempo de atendimento ao cidadão decorrente de demandas por informações processuais? Essa redução foi decorrente das ações do Programa?

B. Medição de Resultados

* 1. A pesquisa de avaliação do Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município de Londrina pretende mensurar de que maneira as ações realizadas no âmbito do Programa impactaram a realidade do Município após 04 anos de execução, levando em consideração os objetivos com os quais havia se comprometido no período de planejamento das atividades.
  2. Para medir os resultados esperados com a execução do Programa, foi prevista a realização de uma Avaliação de Meio Termo, uma avaliação final do Programa e a realização de três pesquisas de avanço sobre os indicadores de Resultado estabelecidos na Matriz de Resultado do Programa, tempos TO, T1 e T2.
  3. **Relatórios de Avaliação Intermediária e Final:** A avaliação de Meio Termo ocorrerá quando o Programa alcançar 24 meses de execução, após a sua elegibilidade, ou quando 50% dos recursos do financiamento do Banco foram desembolados. A UGP será a responsável pela elaboração e envio ao Banco dos Relatórios de Avaliação Intermediária e Avaliação Final. Para tanto, deverá contratar serviços de consultoria para realização desta atividade.
  4. Os Relatórios de Avaliação Intermediária e Final deverão incluir, pelo menos: (i) os resultados da execução financeira por componente; (ii) o cumprimento de metas dos produtos e resultados, assim como os avanços dos resultados esperados, em conformidade com os indicadores estabelecidos na Matriz de Resultados do Programa; (iii) o grau de cumprimento dos requisitos e especificações ambientais de obras, de acordo com o estabelecido no Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) respectivo; (iv) o grau de cumprimento das tarefas de operação e manutenção das obras concluídas; (v) uma síntese de impactos socioambientais; (vi) o grau de cumprimento dos compromissos contratuais; (vii) uma síntese dos resultados de todas as auditorias realizadas durante a execução do Programa até o correspondente momento; (viii) análise da implementação do Plano de Aquisições; e (ix) problemas identificados para a implementação do Programa e soluções aplicadas.
  5. Uma vez que tenham sido aceitos pelo Banco, esses relatórios de avaliação serão postos à disposição do público. Estas avaliações serão elaboradas por consultorias, que serão contratadas pela UGP e financiadas com recursos do empréstimo.
  6. **Pesquisas de avaliação dos indicadores de resultado:** Os indicadores de resultado devem ser medidos em três diferentes momentos: T0, em 2012, para a definição das linhas de base (já realizada); T1, ao final dos 24 primeiros meses de execução das atividades, em 2016; e T2, ao final dos 04 anos de execução do Programa, em 2018. Os resultados obtidos pelo conjunto das pesquisas deverão ser detalhados e analisados nos relatórios de avaliação de meio-termo e de avaliação final.
  7. Cabe destacar que a pesquisa da linha de TO já foi realizada pela PML em 2012. As pesquisas de T1 (2016) e T2 (2018) deverão ser contratadas pela UGP, que deverá contratar com um técnico especializado para a sua coordenação.
  8. A pesquisa deverá observar os critérios, metodologias e especificações estabelecidas neste relatório, em especial, aquelas descritivas da forma de medição dos indicadores de resultado. Tais informações estão descritas a seguir.

C. Principais Indicadores e Metodologias

* 1. Os indicadores de Resultado auferem os avanços de cada componente, de forma a demonstrar os benefícios específicos de cada componente do Programa. É o resultado do conjunto das intervenções de cada componente.
  2. A avaliação dos progressos de todos os indicadores deve ser registrada nos Relatórios Semestrais de Avaliação do Programa, nos Relatórios de Avaliação de meio-termo e de avaliação final.
  3. A tabela a seguir está estruturada a partir da Matriz de Resultado do Programa e apresenta a relação de indicadores de Resultado do Programa, a frequência de medição e fonte de verificação das informações.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Tabela 2. Indicadores de resultado do Programa. | | | |
| **Indicadores de resultado** | | **Frequência de Medição (\*)** | **Fonte de Verificação** |
| 1 | Valorização Imobiliária | T0, T1 e T2 (\*\*) | Fonte: Avaliação final do Programa - UGP |
| 2 | Área verde por habitante na cidade | T0 e T2 | Fonte: Informe semestral do Programa - UGP - SEMA |
| 3 | No de usuários que utilizarão das áreas de fundo de vale revitalizadas. | T0 e T2 | Fonte: Relatório de contagem de utilização das áreas de Fundo de Vale – UGP. Informe semestral do Programa - UGP |
| 4 | Aumento de velocidade média em vias urbanas (Avenida Winston Churchill) | T0, T1 e T2 (\*\*) | Fonte: Informe semestral do Programa - UGP |
| 5 | Aumento real arrecadação IPTU municipal | T0, T1 e T2 | Fonte: Secretária da Fazenda - PML |
| 6 | Redução do tempo de pesquisa de processos requeridos pelo cidadão à administração municipal. | T0 e T2 | Fonte: Avaliação de resultados/ Informe Final do Programa – UGP |

(\*) O momento TO já foi realizado. Os resultados estão inseridos neste documento e na Matriz de Resultado do Programa.

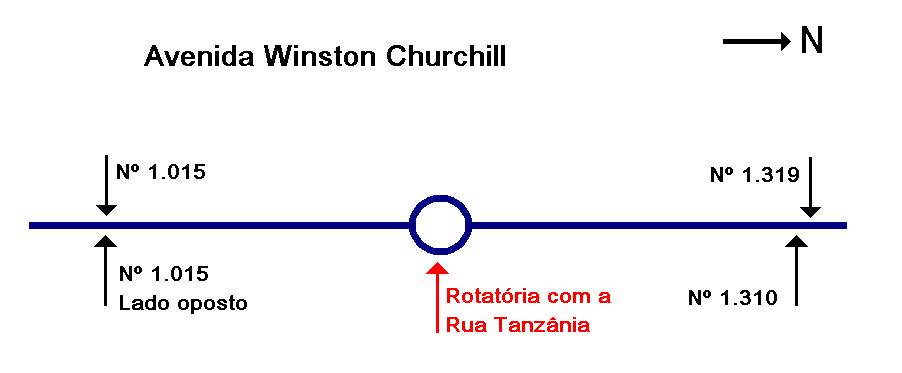
(\*\*) Para esses indicadores, a pesquisa T1 somente deverá ser realizada se as intervenções já estiverem sido concluídas.

* 1. A seguir são apresentados os critérios e orientações para proceder à medicação e avaliação de cada um dos resultados do Programa.
  2. **Indicador Resultado 1 – Valorização Imobiliárias**

1. **Descrição:** Esse indicador é composto pelo projeto de Recuperação Ambiental dos Fundos de Vales e pelo Projeto de Recuperação do Parque Linear do Ribeirão Cambé. Estimou-se que os benefícios gerados com essas intervenções será a valorização dos imóveis nas áreas de influências de cada um dos projetos (100 mts de raio ao longo da intervenção). Para o primeiro projeto estimou-se que a meta de valorização imobiliária será de 10% durante a execução do Projeto. Para o segundo, estimou-se uma meta de valorização de 5%. Esses valores são incrementais, ou seja, além da média de valorização do Município de Londrina. Portanto, a apuração desse indicador demonstrará se os benefícios econômicos estimados foram alcançados.
2. **Responsável pela Informação:** A unidade responsável pela informação será a Secretaria da Fazenda de Londrina, com o apoio da UGP e consultor contratado para esta finalidade.
3. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** Para definir os valores dos imóveis adotados para identificar a linha de base foi utilizado o Cadastro Técnico Municipal de Imóveis disponível na Secretaria Municipal de Finanças, especificamente, as informações Cadastro do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI. Esse cadastro foi atualizado pela Prefeitura em 2011. Para determinar a meta de valorização, foram avaliados dois projetos similares, os quais indicaram a expectativa de valorização imobiliária. Para avaliar o alcance dessas metas, será necessário realizar avalições nos momentos T1 e T2. Entretanto, somente deverá ser realizada a pesquisa de T1 somente se as intervenções já estiverem concluídas.
4. Para a realização da pesquisa deverá ser consultado o Cadastro Técnico Municipal de Imóveis, especificamente, as informações Cadastro do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, a fim de apurar os valores de valorização dos imóveis em Londrina e as áreas de influência dos projetos. Caso existam dificuldades futuras de identificação dos valores dos imóveis nos momentos T1 e T2, recomenda-se realizar pesquisa de campo com corretores locais ou com a equipe de avaliação imobiliária da própria Prefeitura Municipal de Londrina.
5. **Área de Abrangência:** A atividade tem abrangência em todo o Município de Londrina, com atenção especial para a área de influência de cada um dos dois projetos, ou seja, 100 mts de raio ao longo das intervenções.
   1. **Indicador de Resultado 2 - Área verde por habitante na cidade**
6. **Descrição:** O Município de Londrina apresenta uma relação de área verde por habitante (3,90 m2/H) inferior ao recomendado pela Organização das Nações Unidades – ONU que é de 12 m2/ por habitante.
7. Para melhorar este indicador o município irá promover a recuperação ambiental dos fundos de vales ocupados irregularmente e em situação de risco ambiental. Este apresentam intensa interferência antrópica, através da edificação de moradias, benfeitorias e pocilgas, suprimindo a vegetação nativa, aterramento de olhos d’água e nascentes, deposição de lixo e entulhos nas margens dos córregos e ribeirões e esgotamento sanitário irregular, contaminando o lençol freático e as águas superficiais.
8. As ações promovidas pelo programa de transferência das famílias ocupantes dos fundos de vale para moradias populares, limpeza das áreas antes ocupadas, remoção de lixo e entulhos, bem como restauração da camada fértil do solo e o plantio de mudas arbóreas nativas para o reflorestamento destas áreas, resultarão na ampliação da área verde no município. A meta é atingir o patamar de 4,90 m²/habitante, o que representa um acrescimento de 1,00m²/habitante, ou seja, incremento de 25,64%.
9. O Reflorestamento dos fundos de vale promoverá ainda a estabilidade do solo, o desenvolvimento da fauna e da flora nativas e reduzirá as possibilidades de novas ocupações irregulares e, principalmente, a formação de maciços arbóreos.
10. **Responsável pela Informação**: A mensuração deste indicador ficará a cargo da Secretaria Municipal do Ambiente – SEMA, em conjunto com a Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP. Deverá ser apresentado no Relatório Semestral de Avaliação do Programa.
11. **Forma de Avaliação:** A avaliação dos resultados do incremento de área verde será realizada através de: (i) a contagem de mudas arbóreas nativas presentes por amostragem para verificar a consolidação do reflorestamento; e (ii) mensuração das áreas verdes (recuperadas para parques ou outros usos não urbanos) que foram expandidas. Para cada 5.000m² de área de fundo de vale, será retirada uma amostra de 1.000m², cuja poligonal estará em função da largura e comprimento do fundo de vale. Para áreas de fundo de vale com tamanhos menores que 5.000m², haverá duas amostragens de 500m² cada. Para áreas superiores a 20.000m², haverá uma amostra para cada 10.000m² de área de fundo de vale. O resultado obtido deverá ser incorporado à mensuração existente de área verde existente no município. O valor total deverá ser dividido pelo número de habitantes. O Resultado obtido será a área verde por habitante..
12. As avaliações ocorrerão anualmente até o 4º ano de implantação do Plano de Restauração Ambiental. A avaliação deverá ocorrer em T0 e T2. A linha de Base TO já realizada, está estimada em 3,9 m² / Habitante. Para T2 que é a meta do Programa está estimado em 4,90 m² / Habitante.
13. **Área de Abrangência:** Os fundos de vale não são edificáveis, ressalvadas construções de baixo impacto e de interesse público*,* mediante prévio licenciamento ambiental.(§ único, Artigo 141 da Lei 11.471 de 05.01.2012).
14. Os setores especiais de fundos de vale deverão atender, prioritariamente, à implantação de parques lineares destinados às atividades de recreação e lazer, à proteção das matas nativas, à drenagem e à conservação de áreas críticas. (*Artigo 142 da* Lei nº 11.471 de 05.01.2012).
    1. **Indicador de Resultado 3 - N° de usuários que utilizarão das áreas de fundo de vale recuperadas**

1. **Descrição:** A partir da implementação das ações de Restauração Ambiental dos Fundos de Vales será possível implementar os parques e áreas de lazer devidamente recuperadas e urbanizadas. Portanto, possibilitará a reabilitação destas áreas e a utilização dos parques e das áreas de fundos de vale. Os equipamentos sociais e de lazer serão implantados, preferencialmente, nas áreas de borda dos parques, o que possibilitará e incentivará o acesso das populações do entorno desses parques.
2. **Responsável pela Informação**: A mensuração deste indicador ficará a cargo da Companhia Municipal de Habitação de Londrina – COHAB em conjunto com a da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP. Deverá ser apresentado no Relatório Semestral de Avaliação do Programa. Após a conclusão das obras a Secretaria Municipal do Ambiente – SEMA será responsável pela conservação dos Parques.
3. **Forma de Avaliação:** A mensuração deste número deverá ser realizada em dois momentos, TO e T2. Sendo TO, a linha de base e T2, a avaliação final de Programa. A linha de base foi identificada a partir dos dados e informações da COHAB, a qual tem um completo cadastro das famílias residentes nas regiões de fundos de vales. O T2 deverá ser mensurado conforme ocorrerá a desocupação das áreas e a devida recuperação ambiental das mesmas. T0 está é 0 (zero) usuários e T2 é estimado para 18.000 usuários ano.
4. Para tanto, será necessário realizar contagem de usuários das áreas do entorno desses parques. As contagens devem ser realizadas através de pesquisa com os usuários, em dias de semana e finais de semana, nos turno da manhã, tarde e noite. O resultado deverá ser estimado para um período de 12 meses.
5. A UGP deverá consolidar as informações e apresenta-las nos Relatórios semestrais de Progresso do programa.
6. **Área de Abrangência:** Este indicador abrange as áreas próximas às regiões de fundo de vales recuperados.
   1. **Indicador de Resultado 4 - Aumento de velocidade média em vias urbanas (Avenida Winston Churchill)**

1. **Descrição:** A obra selecionada para o Indicador de Resultado é a da Rotatória da Avenida Winston Churchill, a mesma para a qual foram desenvolvidos os estudos de avaliação operacional, funcional e econômica. O indicador selecionado foi o tempo dos usuários.
2. O indicador selecionado foi o de tempo dos usuários, representados pela velocidade de percurso de automóvel, no período de pico da tarde (18:00\_19:00) de um dia útil normal (sem ocorrências de feriados ou outros eventos que pudessem afetar às condições usuais de trânsito no local.



1. **Responsável pela Informação**: A verificação deste indicador estará a cargo da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP/IPPUL.
2. **Forma de Avaliação:** Para estimar a linha de base, foram realizados 11 percursos, por sentido de tráfego, entre posições estabelecidas, resultando em uma média global de 15,5 km/h (média dos 11 percursos para cada sentido). Esta mesma metodologia será utilizada para medir o progresso na obtenção dos resultados esperados.
3. A meta para o ano seguinte ao da realização da obra, medidas nas mesmas condições, é de uma melhoria da ordem de 30%, com uma velocidade final resultando em 20,0 km/h.
4. A avaliação deverá ocorrer em T0, T1 e T2. Sendo TO, a linha de Base, T2, 24 meses após o inicio do Programa e T2 no final do Programa.
5. **Área de Abrangência:** Avenida Winston Churchill entre os números 1.015 e 1.310.
   1. **Indicador de Resultado 5 - Aumento real arrecadação IPTU municipal**

1. **Descrição:** O Município de Londrina apresentou teve um acréscimo de arrecadação de 23%, no período entre 2002/2008. Este fato decorre dos investimentos na melhoria do atendimento e dos mecanismos de fiscalização tributária decorrentes do Programa de Modernização Administrativa e Tributária – PMAT. Entretanto, agora é necessário proceder à integração dos cadastros da base tributária da Prefeitura, uma vez que os mesmos encontram-se desconexos e pouco integrados. Portanto, o cadastro tributário da PML precisa ser complementado com um cadastro multi-finalitário georeferenciado, que integre as informações geradas pelos distintos órgãos da administração municipal, e permita uma gestão fiscal mais eficiente. Espera-se ainda um incremento na arrecadação decorrente das intervenções do Programa. Neste sentido, espera-se um aumento da arrecadação do ITPU da Prefeitura. O T0, 2012, está estimado em R$ 142.231.000,00. O T2, 2018 está estimado em R$ 165.650.161,53.
2. **Responsável pela Informação**: As informações sobre o incremento de arrecadação do IPTU será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda – SMF, com apoio da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP que irá consolidar e repassar as informações para o Relatório Semestral de Progresso do Programa.
3. **Forma Avaliação:** O processo de avaliação ocorrerá a partir das informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Fazenda – SMF, bem como aquelas disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Para estimar o T0, adotaram-se os parâmetros de arrecadação municipal da SMF, tendo como a base a receita com IPTU para o ano de 2012. Para estimar o T1 e T2 adotaram-se também os parâmetros de crescimento tendencial da arrecadação de IPTU da própria SMF, com um índice de 2,16% a.a.. Estimou-se que a contribuição do Programa de 20% de incremento na arrecadação para os 4 anos, ou seja, um incremento médio de 4,66% ao ano.
4. **Área de Abrangência:** Á área de abrangência é todo o munícipio, especificamente, as finanças municipais, coordenadas pela Secretaria Municipal de Fazenda.
   1. **Indicador de Resultado 6 - Redução do tempo de pesquisa de processos requeridos pelo cidadão à administração municipal.**

1. **Descrição:** A Diretoria de Arquivo Público da Prefeitura de Londrina foi criada pela Lei Municipal nº 8.024 de 27 de dezembro de 1999, com o intuito de implantar um Sistema de Gestão e Gerenciamento de Arquivo Público no Município, entretanto, para que esse sistema seja efetivo ainda carecemos de melhorias estruturais. O presente projeto busca a modernização administrativa focada em uma melhoria na gestão de documentos, demonstrando a importância da conservação e da agilidade na recuperação da informação, que ocorre quando há um armazenamento organizado. Para isso é fundamental a implantação da Gestão Documental para organizar a documentação e de um Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, para controlar, padronizar agilizar trâmite e acesso aos processos.
2. **Responsável pela Informação:** A unidade responsável pela gestão desta ação será a Secretaria Municipal de Gestão Pública, por intermédio da Diretoria de Gestão de Informações e Arquivo Público. A UGP apoiará a execução desta atividade.
3. **Forma de Monitoramento e Avaliação:** A avaliação dos resultados ocorrerá por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Pública, por intermédio da Diretoria de Gestão de Informações e Arquivo Público, que procederá aos informes sobre os avanços na atualização cadastral. A Secretaria Municipal de Gestão Pública informará semestralmente a UGP sobre o andamento dos trabalhos. A UGP deverá incluir as informações no Relatório Semestral de Progresso.
4. Para tanto deverá ser avaliado o tempo de pesquisa de fornecimento de informações requeridas. Para tanto, Deverá ser selecionada uma amostra representativa, em um determinado mês, de processos de pesquisas realizadas no arquivo público. A partir desta amostra será necessário elaborar um fluxograma com atividades, prazos e tramitações a fim de verificar o tempo de tramitação de documentos. O T0 é 31 dias e T2 estimado é de 15 dias.
5. **Área de Abrangência:** A atividade tem abrangência em todo o Município de Londrina, com atenção especial a Secretaria Municipal de Gestão Pública e ao Arquivo Público Municipal.

D. Avaliação Economica Ex-Post

* 1. Na avaliação econômica do programa foram utilizadas metodologias distintas para cada componente. Assim, para o **Componente I** (Recuperação e Requalificación Ambiental) a metodologia consistiu em estimar a relação custo benefício para os Projetos de Recuperação dos Fundos de Vales e da Recuperação Parque Linear do Ribeirão Cambé. Para tanto, foram identificados os custos do Projeto, transformados a preços eficiência. Os benefícios referem-se à valorização imobiliária decorrente da intervenção, calculada nas áreas de influências dos Projetos, ou seja, em até 100 metros de raio das intervenções.[[2]](#footnote-2)
  2. Já para o **Componente II** – Mobilidade Urbana, o projeto analisado foi das intervenções na Avenida Winston Churchil, o mais importante dos investimentos deste componente. A metodologia de análise custo beneficio considerou, por um lado os custos reais de investimento, mais os custos de manutenção (por um período de 10 anos) descontados a valores presentes. Com relação aos benefícios, foram estimados os custos referentes à economia de tempo dos passageiros e motoristas e a economia com o consumo de combustíveis pelos veículos que trafegam pela avenida. Assim, com base nos tempos de percurso de cada classe de veículo, e em seus específicos índices de ocupação (1,4, para automóvel; 30 para ônibus; e 1,1 para motocicletas), foram calculados os tempos em trânsito dos passageiros, para as situações sem obra e com obra, e obtido, por diferença o total de horas economizadas. Já para a economia de combustível, as estimações tiveram por base nas extensões percorridas no trecho, velocidades médias e índices de consumo de cada classe de veículo, que foram calculadas para as situações com e sem projeto.
  3. Para o **Componente III** – Fortalecimento Institucional, foram analisados os projetos de Implantação de um Sistema de Informações Geográficas – SIGLON em conjunto com o Projeto de Integração de Sistemas e Melhoria no Datacenter, o qual permitirá ampliar a base cadastral dos tributos municipais. Também foi analisado o Projeto do Arquivo Publico Municipal.
  4. A metodologia adotada para realizar a análise econômica foi a de benefício custo. Para tanto, foram identificados os investimentos e os benefícios estimados obtidos com a implementação dos dois projetos. O objetivo foi averiguar o retorno econômico-financeiro dos projetos. Os benefícios foram estimados em termos do aumento da arrecadação tributaria resultante da ampliação da base cadastral do Imposto Predial e Territorial Urbano. Para estimar estes benefícios partiu-se dos dados existentes no atual cadastro imobiliário da Secretária de Fazenda. A partir de projeções validadas pelos técnicos da Prefeitura, estimou-se a possibilidade de expansão em torno de 10% do número de registros da área edificada cadastrada junto a Prefeitura. No entanto este aumento da área edificada cadastrada não implica diretamente em aumento de arrecadação, pois podem ocorrer impugnações, pedidos de revisão, ou mesmo, redução de valor do imóvel, devido às condições de manutenção, ou por benefícios fiscais da própria Prefeitura. Portanto, estimou-se que a arrecadação expandirá 8,5% por um período de 2 anos.
  5. Avaliação ex post: A avaliação econômica ex post do programa utilizara a mesma metodología (costo - beneficio) utilizada no estudo de viabilidade ex ante. Também utilizará os mesmos parámetros utilizados – ou seja a valorização inmobiliaria para o componente I, o tempo economizado de viaje e o custo menor de combustível e de manutenção viária para o componente II e o aumento da arrecadação para o componente III. Os detalhes da metodologia utilizada na avaliação ex ante se encontram nos seguintes anexos de este Progama: Estudio de Viabilidad Económica de los Componentes 1 y 3 <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getDocument.aspx?DOCNUM=38729906>

Estudio de Viabilidad Económica del Componente 2

<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getDocument.aspx?DOCNUM=38729930>

E. Coordenação e Relatorios de Pesquisa

* 1. A Coordenação deste trabalho ficará a cargo da UGP, que poderá contratar consultoria especializada para apoia-la nesta tarefa.
  2. Para cada etapa da pesquisa de avaliação (T0, T1 e T2) será apresentado relatório dos dados colhidos em campo. O relatório T0, referente às medições de linha de base, deve orientar o padrão da apresentação dos resultados das pesquisas das demais etapas, a fim de manter um mesmo referencial de análise e tratamento dos dados. **As informações do TO já foram colidas pela própria Prefeitura Municipal de Londrina e já foram incorporadas neste Plano de Monitoramento e Avaliação**.
  3. Dessa maneira, assim como realizado na etapa T0, os relatórios das pesquisas das etapas T1 e T2 relacionadas aos indicadores de resultado do Programa devem conter, como parâmetros mínimos:

1. A seleção das variáveis e informações mais relevantes dos estudos realizados para apresentação e discussão nos relatórios de pesquisa, de forma a responder as perguntas de orientação da avaliação;
2. A apresentação das análises sobre todos os indicadores de resultado, medidos pelas pesquisas;
3. A apresentação dos procedimentos metodológicos adotados para avaliação de cada indicador proposto, inclusive questões relevantes de campo que tenham incidido sobre os resultados apresentados;
4. A apresentação, em anexos, de todas as informações colhidas nas pesquisas tanto quantitativas, como qualitativas realizadas, utilizando como referencial o indicador de resultado a que se propôs medir.
   1. Ressalta-se que o último relatório de pesquisa, T2, deve apresentar, além das informações acima mencionadas, a comparação entre os resultados das etapas T0, T1 e T2, efetivando a metodologia reflexiva proposta para a avaliação do Programa e chegando aos resultados finais de toda a investigação longitudinal proposta por este plano.
   2. Os relatórios T1 e T2 da avaliação podem conter informações adicionais que sejam relevantes, de acordo com o executor das pesquisas, para a compreensão das variáveis propostas pelo plano de avaliação, desde que não substituam nenhum requisito mínimo exigido na listagem acima.

F. Plano de Trabalho e Orçamento

* 1. As etapas T1 e T2 de execução da pesquisa de avaliação do Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Londrina serão realizadas a partir de orçamento especificamente destinado a essas atividades.
  2. Para realizar as tarefas de pesquisa de avaliação foi designado o montante de RS 260.442,00 para conclusão de todas as etapas, sendo em 2016, R$ 40.000,00 para a realização da avaliação intermediária e R$ 85.221,00 para realizar a pesquisa T1. Para a Avaliação Final foi previsto R$ 40.000,00 e para a Pesquisa T2 mais R$ 85.221,00. A previsão é realizar essa despesa em 2018. Também foi previsto R$ 10.000,00 para divulgação dos resultados.
  3. A primeira etapa, de definição das linhas de base da avaliação do Programa, foi realizada com orçamento da própria Prefeitura. Entretanto, será necessário confirmar os dados e consolidar em relatório especifico. Os custos para as demais etapas (T1 e T2) são apresentados nas tabelas a seguir.
  4. Ressalta-se que a definição de custos das duas próximas etapas (T1 e T2) da pesquisa deverá ser corrigida segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a ser calculado a partir da data do repasse dos recursos das etapas correspondentes.
  5. O custo final da pesquisa será determinado após o processo de seleção da empresa de consultoria, podendo ser alterado conforme o resultado da licitação. A seguir é apresentada a previsão de valores para a avalição T1 – 2016.

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 3. Orçamento para a medição de meio Termo (T1- 2016) de avaliação do Programa.** | |
| **ITEM DE GASTO** | **VALOR (R$)** |
| Coordenador geral da pesquisa e responsável pela elaboração do projeto bem como dos relatórios e acompanhamento de todo o trabalho desenvolvido. Tempo integral. (1 para o período de 4 meses), R$ 4.000,00 por mês .oordenador Geral do Trabalho Municipal de Fazenda.0.ue contribuirtadade ve | 16.000,00 |
| Coordenadores de campo (2 para o período de 1 mês), R$ 1.200,00 por coordenador | 2.400,00 |
| Entrevistadores (10 para o período de 1 mês), R$ 678,00 por pesquisador | 6.780,00 |
| Coordenador geral do trabalho de campo e responsável pela coleta de dados junto aos órgãos da Prefeitura de Londrina (1 para o período de 2 meses), R$ 2.000,00 por mês | 4.000,00 |
| Coordenador administrativo da pesquisa, responsável pelo apoio logístico, solicitações de compra e pagamentos e contratação da equipe de trabalho (1 para o período de 2 meses), R$ 1.000,00 por mês | 2.000,00 |
| Sub. Total | 31.180,00 |
| Encargos (INSS, férias, 13º, etc.) 71,0% | 22.138,00 |
| **Total equipe técnica** | **53.317,00** |
| Diárias / Alimentação equipe de campo | 3.000,00 |
| Transporte para equipe / seguro | 3.500,00 |
| Despesas com cópias e impressão / Uniformes / Crachás, etc. | 2.000,00 |
| Material de consumo (expediente) | 1.000,00 |
| Despesas com divulgação (cartazes, etc) | 1.000,00 |
| **Total despesas diversas** | **10.500,00** |
| **Total Equipe técnica + despesas diversas** | **63.817,00** |
| **DESPESA** | **VALOR (R$)** |
| Over Head (10%) | 6.381,00 |
| Tributos (17,6%) | 15.023,00 |
| **TOTAL** | **85.221,00** |

* 1. Para a avaliação final espera-se que realização do mesmo escopo das duas anteriores, conforme pode se visualizado na tabela a seguir.

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 4. Orçamento para avaliação Final do Programa (T2 – 2018).** | |
| **DESPESA** | **VALOR (R$)** |
| Coordenador geral da pesquisa e responsável pela elaboração do projeto bem como dos relatórios e acompanhamento de todo o trabalho desenvolvido. Tempo integral. (1 x 4 meses), R$ 4.000,00 por mês .oordenador Geral do Trabalho Municipal de Fazenda.0.ue contribuirtadade ve | 16.000,00 |
| Coordenadores de campo (2 para o período de 1 mês), R$ 1.200,00 por coordenador | 2.400,00 |
| Entrevistadores (10 para o período de 1 mês), R$ 678,00 por pesquisador | 6.780,00 |
| Coordenador geral do trabalho de campo e responsável pela coleta de dados junto aos órgãos da Prefeitura de Londrina (1 para o período de 2 meses), R$ 2.000,00 por mês | 4.000,00 |
| Coordenador administrativo da pesquisa, responsável pelo apoio logístico, solicitações de compra e pagamentos e contratação da equipe de trabalho (1 para o período de 2 meses), R$ 1.000,00 por mês | 2.000,00 |
| Sub. Total | 31.180,00 |
| Encargos (INSS, férias, 13º, etc.) 71,0% | 22.138,00 |
| **Total equipe técnica** | **53.317,00** |
| Diárias / Alimentação equipe | 3.000,00 |
| Transporte para equipe / Seguro | 3.500,00 |
| Despesas com cópias e impressão - Uniforme e crachás | 2.000,00 |
| Material de consumo (expediente) | 1.000,00 |
| Despesas com divulgação (cartazes, etc) | 1.000,00 |
| **Total despesas diversas** | **10.500,00** |
| **Total Equipe técnica + despesas diversas** | **63.817,00** |
| **DESPESA** | **VALOR (R$)** |
| Over Head (10%) | 6.381,00 |
| Tributos (17,6%) | 15.023,00 |
| **TOTAL** | **85.221,00** |

* 1. A seguir é apresentado o cronograma de execução das atividades de avaliação.

## Cronograma Atividades de Avaliação

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Principais atividades de Avaliação/ Produtos por Atividade** | **2015** | | | | **2016** | | | | **2017** | | | | **2018** | | | | **Responsável** | | **Custo R$(\*)** | |
| **1** | **2** | **3** | **4** | **1** | **2** | **3** | **4** | **1** | **2** | **3** | **4** | **1** | **2** | **3** | **4** |
| Linha de Base (Tabela 3) | | | | | | | | | | | | | | | | |  | Já realizado | |
| Realização de Pesquisa de Avaliação T1 |  |  |  |  |  |  |  | x |  |  |  |  |  |  |  |  | PML/UGP | 85.221,00 | |
| Validação dos dados / Elaboração do Relatório de Avaliação T1 - |  |  |  |  |  |  |  | x |  |  |  |  |  |  |  |  | PML/UGP |  | |
| Elaboração do Relatório de Avaliação de Meio Termo |  |  |  |  |  |  |  | x |  |  |  |  |  |  |  |  | PML/UGP | 40.000,00 | |
| Realização de Pesquisa de Avaliação T2 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | x | x | PML/UGP | 85.221,00 | |
| Validação dos dados / Elaboração do Relatório de Avaliação T2/Avaliação Final |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | x | PML/UGP |  | |
| Elaboração do Relatório de Avaliação Final |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | x | x | PML/UGP | 40.000,00 | |
| Disseminação: Seminário Local – Londrina/Pr. |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | x | PML/UGP | 10.000,00 | |
| Disseminação: Publicação dos resultados da Avaliação – BID |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | x | BID |  | |

|  |  |
| --- | --- |
| **TOTAL AVALIAÇÃO** | **260.442,00** |

(\*) Os custos da avaliação serão financiados integralmente com recursos do financiamento do BID.

G. Disseminação Dos Resultados

* 1. As etapas T1 e T2 de execução da pesquisa de avaliação do Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Londrina serão realizadas a partir de orçamento especificamente destinado a essas atividades.
  2. Os resultados das avaliações do Programa serão disseminados no nível local mediante sua publicação no sítio de internet do Programa. Será realizado também um seminário para a divulgação dos resultados à comunidade, cuja promoção ficará a cargo da PML, em parceria com a UGP. Os resultados finais serão organizados em publicação a ser apresentada ao Banco. Os especialistas de ICF e de SPD decidirão se os resultados são metodologicamente robustos para que sejam publicados como uma Nota Técnica do Banco.

# ANEXOS

Anexo I: Matriz de Resultados

**Anexo I: Matriz de Resultados**

**Programa de Desenvolvimento urbano sustentável do município de londrina**

**(BR-L1094)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Objetivo general del programa:** | El objetivo general del programa es promover el desarrollo urbano sostenible de Londrina a través de la recuperación ambiental de las áreas degradadas en las márgenes de sus ríos y riachuelos, del mejoramiento de la movilidad urbana y del fortalecimiento de la gestión fiscal y urbana del gobierno local | | | | | | | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Objetivo del componente 1** | Apoiar a recuperação ambiental de áreas em “fundos de vales” degradadas na região norte e leste pela presença de assentamento irregulares, em situações de risco, assim como a recuperação e requalificação ambiental de outras APPs que estão sobre ameaças de ocupação irregular. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Indicadores de Resultado** | **Unidade de Medida** | | | **Línea de Base**  **2013** | | | | | | **Meta**  **2017** | | | | | **Comentários** | | |
| Valorização Imobiliária | R$/M2 | | | 76,63 (terrenos) | | | | | | 84,30 | | | | | A percentagem de valorização de 10% para o projeto de fundos de vale. Fonte: Avaliação final do Programa - UGP | | |
| 433,42 (construção) | | | | | | 476,42 | | | | |
| Área verde por habitante na cidade | M2/habitante | | | 3,90 | | | | | | 4,90 | | | | | Se analisou a relação entre a área verde por habitante para todo o município. A população é definição através do Censo populacional IBGE. A informação constará do Informe final do Programa. UGP - SEMA | | |
| No de usuários que utilizarão as áreas de fundo de vale revitalizadas. | Usuarios | | | 0 | | | | | | 18.000 | | | | | Fonte: Relatório de contagem de utilização das áreas de Fundo de Vale realizado pela PML/UGP. Informe de final do Programa - UGP | | |
| **Componente 1**  **Produtos** | **Unidade de Medida** | **Línea de Base**  **2012/13** | | | **Ano 1**  **2014** | | **Ano 2**  **2015** | | **Ano 3**  **2016** | | **Ano 4**  **2017** | | **Meta**  **2017** | | **Comentários** | | |
| Área do Parque Linear do Ribeirão Cambé recuperada. | M2 | 0 | | | - | | 221.112 | | 274.830 | | 566.520 | | 1.062.463 | | Consideram-se recuperadas as áreas que tiveram todos os equipamentos instalados (trilhas, plantio de espécies nativas, a instalação de mobiliário parque-lixeiras, bancos, playgrounds, áreas para esportes, iluminação, sinalização). Fonte: Relatórios de Progressos de obras. PML/UEP/UGP. Informe semestral do Programa - UGP | | |
| Áreas de risco recuperadas em fundo de vales. | M2 | 432.129 | | | - | | - | | 507.133 | | - | | 939.262 | | Ver definição da área recuperada no indicador anterior. Fonte: Informe semestral do Programa - UGP -UEP/SEMA. | | |
| Famílias reassentadas de áreas de risco em fundo de vales | Famílias | 0 | | | - | | 110 | | 121 | | 95 | | 326 | | Fonte: Termos de ocupação entregues. COHAB/UEP/UGP. Informe semestral do Programa - UGP | | |
| Famílias reassentadas lideradas por mulheres | Famílias | 0 | | | - | | 48 | | 121 | | 53 | | 143 | | Fonte: Termos de ocupação entregues. COHAB/UEP/UGP. Informe semestral do Programa - UGP | | |
| **Objetivo do componente 2** | Melhorar a Mobilidade da rede viária de Londrina através da eliminação de pontos críticos de elevado congestionamento e favorecer a um maior uso da bicicleta na cidade através do aumento da rede de ciclovias | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Indicadores de Resultado** | **Unidade de Medida** | | **Línea de Base**  **2013** | | | | | | | **Meta**  **2017** | | | | | | **Comentários** |
| Aumento de velocidade média em vias urbanas (Avenida Winston Churchill) | km/h | | 15,5 | | | | | | | 20,0 | | | | | | Fonte: Informe semestral do Programa - UGP |
| **Indicadores de Produto** | **Unidade de Medida** | | **Línea de Base**  **2013** | | | **Ano 1**  **2014** | | **Ano 2**  **2015** | | **Ano 3**  **2016** | | **Ano 4**  **2017** | | **Meta**  **2017** | | **Fuente/Medio de Verificación/Comentario** |
| Ciclovias Implantadas | Mts | | 11.500 | | | 14.250 | | - | | 6.450 | | 3.600 | | 35,8 | | Fonte: Relatório obras / Informe semestral do Programa - UGP |
| Pavimentação asfáltica - complementação da ligação leste-oeste - Av. Saul Elkind. | Km | | 0 | | | 10,6 | | - | | - | | - | | 10,6 | | Fonte: Relatório obras / Informe semestral do Programa - UGP |
| Pontes construídas na diretriz Norte-Sul. | Ponte / viaduto | | 0 | | | 3 | | - | | - | | - | | 3 | | Fonte: Relatório obras / Informe semestral do Programa - UGP |
| Interseção da Avenida Winston Churchill. Cruzamentos Winston Churchil/Term. Ouro Verde/ Av.Lucilo de Held. | Interseção | | 0 | | | - | | 1 | | - | | - | | 1 | | Fonte: Relatório obras / Informe semestral do Programa - UGP |
| Rotatória Rua Paul Harris e Anália Franco | Rotatória | | 0 | | | - | | - | | - | | 1 | | 1 | | Fonte: Relatório obras / Informe semestral do Programa - UGP |
| Duplicação Rua Senador Souza Naves e Presidente Costa e Silva | Mts | | O | | |  | | 1.500 | |  | |  | | 1.500 | | Fonte: Relatório obras / Informe semestral do Programa - UGP |
| **Objetivo do componente 3** | Melhorar a gestão fiscal da Prefeitura através do uso de ferramentas computacionais, assim como a gestão urbanística através do desenvolvimento de um plano de macrodrenagem e outro de mobilidade urbana. | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Indicadores de Resultado** | **Unidade de Medida** | | **Línea de Base**  **2013** | | | | | | | **Meta**  **2017** | | | | | | **Comentários** |
| Aumento real arrecadação IPTU municipal | R$1.000 mil | | 142.231 | | | | | | | 165.650 | | | | | | Fonte: STN, Prefeitura Municipal Londrina. |
| Redução do tempo de pesquisa de processos requeridos pelo cidadão à administração municipal. | Dias | | 31 | | | | | | | 15 | | | | | | Fonte: Avaliação de resultados/ Informe Final do Programa – UGP |
| **Indicadores de Produto** | **Unidade de Medida** | | **Línea de Base**  **2013** | | | **Ano 1**  **2014** | | **Ano 2**  **2015** | | **Ano 3**  **2016** | | **Ano 4**  **2017** | | **Meta**  **2017** | | **Fuente/Medio de Verificación/Comentario** |
| Cadastros Integrados na Secretaria de Fazenda. (Tributário x SIP) | Cadastros | | 0 | | | - | | - | | - | | 1 | | 1 | | Resultado final é um catastro integrado. Fonte: Secretária da Fazenda - PML |
| Recadastramento Imobiliário da Base Cadastral (IPTU) | M²  (em milhões) | | 24 | | | - | | - | | - | | 2 | | 26 | | Se refere à área em M² a ser incorporada ao cadastro imobiliário urbano. Fonte: Secretária da Fazenda - PML |
| Planos setoriais de drenagem e mobilidade | Plano | | 0 | | | - | | 2 | | - | | - | | 2 | | Fonte: Informe semestral do Programa - UGP |
| Sistema de Informação Geográfica Corporativo - SIGLON | Sistema | | 0 | | | - | | - | | - | | 1 | | 1 | | Fonte: Informe semestral do Programa - UGP |
| Arquivo Público municipal Informatizado | Sistema | | 0 | | | - | | 1 | | - | | - | | 1 | | Implantação do Sistema de Gerenciamento de Documentos (GED) Fonte: Informe semestral do Programa - UGP |

1. Equivalente a US$ 71.435 a preços de 2013. [↑](#footnote-ref-1)
2. Para estimar os benefícios econômicos decorrentes dessas intervenções, optou-se por identificar projetos similares já realizados pela PML e estimar a valorização imobiliária decorrente dessas intervenções. Estas taxas de valorização foram projetadas para os projetos em questão. [↑](#footnote-ref-2)